

## **Sobre os limites da interpretação. O debate entre Umberto Eco e Jacques Derrida**

***Eduardo R. Rabenhorst\****

### **1 – Introdução**

Até o final dos anos setenta, a crítica literária esteve profundamente influenciada pelo estruturalismo e pela primazia, atribuída por esse movimento, ao texto em si. A partir dos anos 80, no entanto, o quadro teórico inverteu-se e os estudos no campo da teoria literária passaram a priorizar os problemas da recepção dos textos.

Os representantes desta guinada no campo da crítica literária, são vagamente chamados de “pós-estruturalistas”. Contudo, é bom lembrar que esses autores, apesar de certa reciprocidade temática, estão longe de constituir uma unidade de pensamento. Aliás, um dos principais pontos de discordância no âmbito destas teorias pós-estruturalistas concerne exatamente à maneira como se deve entender o processo de leitura de um texto.

Afinal, se estamos diante de um impulso cooperativo por meio do qual a leitura realizaria o sentido da obra, como devemos entender essa “interferência autoral” do leitor? Qual é, finalmente, o campo da interpretação?

Um bom exemplo desta controvérsia aparece no debate travado entre o semiólogo italiano Umberto Eco e o filósofo francês Jacques Derrida acerca dos limites do processo interpretativo. Podemos dizer que, de certa maneira, tal controvérsia já é um exercício de interpretação acerca de uma célebre frase de Paul Valéry: “*Il n’y a pas de vrai sens d’un texte*” (não há verdadeiro sentido de um texto). Com efeito, há pelo menos duas interpretações possíveis para a fala de Valéry: a primeira diria que o significado de um texto é sempre — e interminavelmente — *posposto*; a segunda,

---

\* \* Dr. pela Université de Strasbourg III – França. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Paraíba.

por sua vez, ressaltaria simplesmente o fato de que um texto pode ser *utilizado* da forma mais livre possível.

De acordo com a primeira interpretação, o processo interpretativo seria entendido como um jogo interminável, pois se um texto, nos termos de Derrida, é um “*tecido de signos*”, uma malha de relações, interpretar, por sua vez, seria simplesmente “*tecer um tecido com os fios extraídos de outros tecidos-textos*”.

De acordo com a segunda interpretação, ao contrário, o processo interpretativo não seria aleatório, pois no entendimento de Umberto Eco, haveria uma grande diferença entre *usar* um texto e *interpretá-lo*. O uso ampliaria o universo de sentido do texto. A interpretação, ao contrário, respeitaria a coerência do texto, ou seja, a unidade e a continuidade de sentido que ele possui.

Nosso objetivo, neste pequeno texto, é apresentar os termos desta polêmica apontando as diferenças e proximidades entre as duas perspectivas em tela. No nosso entendimento, ainda que existam grandes divergências entre as concepções de Umberto e Jacques Derrida acerca da interpretação, tais discordâncias podem ser minimamente aplainadas a partir da identificação de alguns pontos em comum nas perspectivas dos referidos autores.

## **2 – A crítica ao estruturalismo**

O estruturalismo pode ser genericamente definido como a tentativa de se utilizar o modelo lingüístico saussuriano como paradigma das ciências humanas. Como mostra François Dosse, o estruturalismo foi largamente empregado não apenas no campo da filosofia e da crítica literária (M. Foucault, R. Barthes, A. Greimas, por exemplo), mas também na antropologia (Lévi-Strauss) e na psicanálise (Lacan), tomando rapidamente o lugar do existencialismo como moda intelectual francesa<sup>1</sup>.

A noção central do estruturalismo, como a própria expressão já anuncia, é a de *estrutura*, entendida como um todo no qual as partes só ganham sentido em relação umas às outras. Tal noção remete à

crítica realizada pelo lingüista suíço Ferdinand Saussure às concepções aristotélica e agostiniana da linguagem, segundo as quais as palavras se relacionam com a percepção de uma realidade do mundo. Para Saussure, ao contrário, a linguagem não pode ser definida pelo seu conteúdo substancial, pois ela compõe um sistema de diferenças no qual cada signo recebe seu valor por uma negatividade ou oposição aos outros signos.

Umberto Eco e Jacques Derrida são igualmente herdeiros do modelo saussuriano, mas também são empreendedores de uma crítica severa aos seus postulados.

O semiólogo italiano apresentou suas reservas à lingüística estruturalista em um texto publicado em 1968, cujo título é *A estrutura ausente*. Nesse livro, Eco não apenas ataca a tese de que a linguagem poderia remeter a uma estrutura objetiva, mas retoma a idéia contida em um dos seus livros iniciais, *Obra aberta* (1960), de que os textos seriam continuamente reinventados pelas diversas interpretações que deles são feitas. Tais interpretações, conforme veremos adiante, não seriam aleatórias, pois ainda que uma obra de arte seja “*uma mensagem fundamentalmente ambígua, uma pluralidade de significados que convivem num só significante*” e, que, por conseguinte, possibilite uma gama virtualmente inesgotável de leituras, ela também impõe uma estrutura reguladora para essas leituras.

Um signo, entende Eco, não é apenas alguma coisa que está no lugar de outra coisa, “*mas ele é aquilo que sempre nos faz conhecer algo mais*”. A condição de um signo não é só a substituição, mas a de que exista uma possível interpretação. Dessa forma, se o signo “*é sempre o que me abre para algo mais*”, não há “*interpretante que, ao conformar o signo que interpreta, não modifique, mesmo que só um pouco, seus limites*”.<sup>2</sup> Isso não significa dizer que o processo de interpretação seja incontrolável,

---

<sup>1</sup> Ver a propósito François Dosse. *Histoire du structuralisme*, 2 vols, Paris, Éditions de la découverte, 1991-1992.

<sup>2</sup> Cf. Umberto Eco, *Semiótica e filosofia da linguagem*, trad. de Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiorin, São Paulo, Ática, 1991, p. 60.

pois um signo, como mostraremos a seguir, é sempre, no entendimento de Eco, uma instrução para a interpretação.

A crítica empreendida por Jacques Derrida à lingüística estruturalista possui uma outra envergadura. Ao contrário de seu colega italiano, Derrida não se contenta em denunciar o realismo ontológico de seus mestres estruturalistas, mas ele parte para um projeto muito mais ambicioso que recebe o nome de “desconstrução”.

O próprio Derrida reconhece que esse termo — criado numa interpretação dos termos **Destruktion** e **Abbau** utilizados pelo filósofo alemão Martin Heidegger — é um tanto ambíguo em virtude da sua própria composição gramatical negativa. Desconstrução sugere destruição, negação, niilismo... Entretanto, aos olhos de Derrida a desconstrução é uma estratégia afirmativa e não negativa. Ela não é uma técnica, um modelo ou um novo método, mas uma postura de desmonte dos pressupostos fundamentais da metafísica européia. A estratégia consiste em buscar numa herança da qual não podemos nos livrar (a metafísica ocidental), os recursos necessários para a desconstrução dessa mesma herança<sup>3</sup>.

O projeto do filósofo francês aparece em três obras publicadas no ano de 1967: *De la grammatologie*, *L'écriture et la différence* e *La*

---

<sup>3</sup> Cf. Jacques Derrida, *A escritura e a diferença*, São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 235 e 238. De uma forma inigualável, Richard Freadman e Seumas Miller resumem tal estratégia nos seguintes termos: “Derrida afirma que a história do pensamento ocidental baseia-se em —e é condicionada por — um conjunto de pressuposições metafísicas que são específicas da cultura do Ocidente. Esse conjunto de pressuposições, e a tradição na qual elas estão ‘inscritas’, ele chama de ‘logocentrismo’. Sua exposição desse fenômeno supostamente etnocêntrico direciona-se em grande parte para a filosofia ocidental, e o fenômeno, com sua descrição, é caracterizado por uma série de traços. Em primeiro lugar, ele acarreta comprometimentos com grupos de conceitos ou categorias: por exemplo, matéria/forma, essência/circunstância, mente/corpo. Em segundo lugar, esses conceitos existem em relações opositivas de uns para os outros e são ordenados hierarquicamente. Dessa forma, no que diz respeito ao grupo mente/corpo, mente se opõe a corpo; além disso mente é priorizada. Em quarto lugar, um comprometimento com o logocentrismo é o comprometimento com algum tipo de fundamentalismo conceitual, isto é, com o projeto de busca de determinados conceitos ou categorias fundamentais em termos das quais podemos explicar a realidade em geral. Isso significa que o logocentrismo inclui um comprometimento com a existência de algum tipo de realidade que admite ou requer explicação. Em quinto lugar, todas essas categorias, em sua diversidade, são subordináveis a uma supercategoria ou rubrica de ‘presença’”.

*voix et le phénomène*. Nelas Derrida compartilha da idéia saussuriana de interdependência das unidades lingüísticas, mas ele sustenta que o lingüista suíço e os estruturalistas não foram capazes de conduzir essa idéia até as suas últimas conseqüências. Para Derrida, o estruturalismo terminou por admitir o mito metafísico de um “significado transcendental” anterior à própria linguagem, ao postular que os diferentes sistemas lingüísticos organizam seus elementos com base em um conteúdo anterior a qualquer língua. Dessa forma, entende Derrida, a lingüística estrutural, apesar de romper com as concepções tradicionais, permanece prisioneira dos postulados da metafísica ocidental.

Para combater esta posição, Derrida sustenta que o signo não remete a qualquer ponto fixo (um sistema estável ou as intenções daqueles que o utilizam), mas ele se refere, invariavelmente, a contextos anteriores (passados) e posteriores (futuros), operando uma desintegração de sua própria unidade, permanência ou estabilidade. O significado de um signo, entende o filósofo francês, nunca está presente, mas ele se encontra sempre “diferido” — nos dois sentidos do verbo latino *diferir*, qual sejam, divergir e de protelar— em um movimento denominado de “*différance*”. Com tal neologismo, Derrida procura acentuar que o processo de significação remete não ao “*encontro de uma presença anterior à linguagem*”, mas a “*um infinito processo de adiamentos e remissões*”.<sup>4</sup>

A crítica de Derrida à noção estruturalista de signo conduz o autor da *Gramatologia* a vislumbrar uma nova concepção da produção e leitura de um texto. O móvel dessa concepção é a idéia de “iterabilidade” (outro neologismo criado por Derrida), ou seja, a repetição ou recorrência de um signo que acarreta sempre na modificação de seu significado.

---

Cf. Richard Freadman e Seumas Miller, *Re-pensando a teoria*, São Paulo, Editora Unesp, 1994.

<sup>4</sup> Cf. Cristina Carneiro Rodrigues, *Tradução e diferença*, São Paulo, Editora UNESP, 2000, p. 198.

Para Derrida, a escritura, mais do que a fala, representa um nítido rompimento com o seu contexto de produção, pois ela se exerce independentemente das intenções de seu agente. A leitura, por sua vez, ao realizar um movimento de iteração ou repetição, parasita e contamina aquilo que ela repete<sup>5</sup>.

Como não existe um significado fixo e imutável (transcendental ou vinculado às intenções de um autor), a atividade interpretativa nunca esgotará o significado de um texto. A escritura está livre à sua repetição, e toda interpretação, afirma Derrida numa alusão a semiótica de C. S. Peirce, se constitui como um processo semântico de regressão infinita<sup>6</sup>.

### 3 – Abertura e limites

Da forma como acabamos de expor, não parece existir uma grande divergência entre os pensamentos de Umberto Eco e Jacques Derrida. Afinal, a crítica empreendida por esses autores ao modelo estruturalista conduz, aparentemente, às mesmas conclusões. Contudo, apesar da existência de diversos pontos em comum, as obras de Eco e Derrida divergem acerca da maneira como devemos compreender o processo interpretativo de um texto.

Tais diferenças não apareciam claramente na época em que Eco publicou sua *Obra aberta*. Naquele momento, como já sublinhamos, o semiólogo italiano propunha um enfoque absolutamente inovador da teoria da recepção, ao defender a idéia de que o espectador recriaria a obra de arte, ao tomar contato com ela. Essa idéia de uma interferência autoral do “receptor” (que deixa de ser um mero decodificador passivo dos significados postos por

---

<sup>5</sup> Este processo de repetição é assim exemplificado por Rosemary Arroyo: “Enquanto escrevo este texto, estou construindo uma trama que, para mim, neste momento, tem apenas uma possibilidade de significado, aquela que lhe atribuo agora. No entanto, este texto, colocado no papel e lido por outra pessoa, inclusive por mim mesma, em outro momento, será uma nova escritura; a primeira trama, já desfeita, será tecida novamente, mas formando outros desenhos, novas formas, e junto com ela tecendo-se, a cada vez, a ilusão de se prender o signo na nova malha”. Cf. Rosemary Arroyo (Org.), *O signo desconstruído*, Campinas, Pontes, 1992, p. 32.

<sup>6</sup> Cf. Jacques Derrida, *De la grammatologie*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1967, p. 72.

um autor) é igualmente assumida por Derrida em sua crítica ao mito de um significado transcendental.

Contudo, passados trinta anos da aparição de *Obra aberta*, Eco publicou um livro que, para muitos, representa uma espécie de “revisonismo” com relação aos seus trabalhos de juventude: *Os limites da interpretação*. O próprio Eco, no entanto, não vê qualquer descontinuidade entre a *Obra Aberta* e *Os Limites da interpretação*. Nos dois casos, sustenta o semiólogo italiano, os objetivos eram idênticos: tratava-se de identificar a dialética existente entre a iniciativa do intérprete e a fidelidade à obra<sup>7</sup>.

Para Eco, a *Obra Aberta*, a despeito de seu título, já concebia a interpretação como um ato cooperativo<sup>8</sup>. Porém, ele reconhece que essa idéia só aparece com toda sua clareza em um texto posterior intitulado *Lector in Fabula*. Nesse trabalho, Eco sustenta que o leitor manteria uma relação dialética com o autor de uma obra, pois ele seria co-participante do processo de construção de um texto narrativo. Para o semiólogo italiano, todo texto conceberia um “leitor-modelo” capaz de cooperar com o autor da obra, ou seja, um leitor que ajudaria o texto a funcionar:

*“O texto está, pois, entremeado de espaços brancos, de interstícios a serem preenchidos, e que o emitiu previa que*

---

<sup>7</sup> “Quando publiquei o meu trabalho *Obra aberta*, escreve Eco, eu me perguntava como é que uma obra podia postular, de um lado, uma livre intervenção interpretativa a ser feita pelos próprios destinatários e, de outro, apresentar características estruturais que ao mesmo tempo estimulassem e regulamentassem a ordem das suas interpretações. Conforme aprendi mais tarde, sem saber eu estava então às voltas com a pragmática do texto (...) ou seja, a atividade cooperativa que leva o destinatário a tirar do texto aquilo que o texto não diz (mas que pressupõe, promete, implica e implica), a preencher espaços vazios, a conectar o que existe naquele texto com a trama da intertextualidade da qual aquele texto se origina e para qual acabará confluindo”. Cf. Umberto Eco. *Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos narrativos*, trad. de Atílio Cancian, São Paulo, Perspectiva, 1986, introdução.

<sup>8</sup> Eco ressaltou em várias oportunidades que o título *Obra Aberta* representava um oxímoro, ou seja, a ocorrência de dois termos contrários. A propósito, no apêndice escrito para a tradução francesa de *Obra aberta*, ele conta que quando o livro foi publicado, muitos artistas vieram lhe indagar acerca da “maior” ou “menor” abertura de suas produções. Ora, escreve Eco, o que estes artistas não entenderam é que inexistem obras mais ou menos abertas, pois a noção mesma de “abertura” é indissociável da própria noção de “obra”. Uma obra, observa o semiólogo italiano, é aberta enquanto ela for uma obra e, reciprocamente, uma obra é considerada como tal enquanto permanecer aberta.

*esses espaços e interstícios seriam preenchidos e os deixou brancos por duas razões. Antes de tudo, porque um texto é um mecanismo preguiçoso (ou econômico) que vive da valorização de sentido que o destinatário ali introduziu (...) Em segundo lugar, porque à medida que passa da função didática para a estética, o texto quer deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, embora costume ser interpretado com uma margem de univocidade. Todo texto quer que alguém o ajude a funcionar”<sup>9</sup>.*

O leitor modelo não deve ser confundido com o leitor empírico ou concreto. Trata-se de uma construção realizada pelo próprio autor do texto que funciona como uma condição indispensável da própria comunicação. O leitor modelo é criação de um autor-modelo, pois esse último, ao gerar um texto, move-se como um jogador de xadrez que prevê os lances do outro jogador. O autor, afirma Eco, movimenta-se *gerativamente*, concebendo um leitor que, por sua vez, se movimentará *interpretativamente*: “prever o próprio leitor-modelo não significa somente ‘esperar’ que ele exista, mas significa também mover o texto de modo a construí-lo”.<sup>10</sup> Estamos, portanto, diante de um jogo com uma estrutura circular: o texto postula um leitor-modelo que, por sua vez, dá forma imaginária a um autor-modelo.

Quais são os movimentos cooperativos que o leitor de um texto realiza? Em primeiro lugar, sublinha Eco, o leitor depara-se com o texto entendido como manifestação linear. Com efeito, o texto deve determinar com precisão uma língua L, comum ao emissor e ao destinatário. Em seguida, o leitor parte para a identificação do contexto lingüístico do texto e das circunstâncias de sua enunciação. Para Eco, no ato de leitura, o leitor trabalha com sua *enciclopédia*, ou seja, com o registro de funcionamento de uma determinada língua em toda a sua complexidade, contemplando regras de significação e instruções pragmaticamente orientadas<sup>11</sup> Graças à enciclopédia, uma espécie de biblioteca das bibliotecas, que estabelece um “roteiro” ou “script” prévio e que contém o registro de todas as interpretações anteriores, o leitor pode ir além dos

---

<sup>9</sup> Cf. Umberto Eco, *Lector in fabula*, op. cit., p. 37.

<sup>10</sup> Cf. Umberto Eco. *Lector in fabula*, op. cit., p. 40.



significados lexicais e detectar os diversos sentidos de uma expressão<sup>12</sup>.

Esta idéia de que um texto postula um pacto de cooperação com o leitor como condição própria de sua atualização, será retomada em *Os limites da interpretação*. Nesse trabalho também encontramos a distinção proposta em *Lector in fabula*, entre o uso de um texto e sua interpretação. Conforme assinalamos anteriormente, no entendimento de Eco a interpretação ocorre sempre que respeitamos a coerência de um texto, ou seja, quando temos em vista o mundo possível de um texto e o léxico de uma época. O uso, por sua vez, dá-se quando tomamos o texto da forma a mais livre possível, ampliando o universo do discurso. Uso e interpretação são duas formas igualmente válidas de aproximação de um texto. O que importa, resalta Eco, é saber distingui-las<sup>13</sup>.

Se o uso de um texto é ilimitado, a sua interpretação não o é. Para demonstrar essa tese, Eco analisa a clássica oposição entre a interpretação como busca da *intentio auctoris* (o que o autor quis dizer), e a interpretação como atribuição de uma *intentio lectoris* (o que, no texto, o destinatário encontra com relação ao seu próprio sistema de significação). Entre a defesa do caráter autotélico de um texto e a defesa da recepção do leitor, Eco escolhe uma via intermediária, a saber, a do respeito a *intentio operis* (a intenção da própria obra).

Contudo, a *intentio operis* é entendida por Eco em uma acepção bastante específica. Não se trata de defender que a interpretação é a busca daquilo que a obra diz à revelia de seu

---

<sup>11</sup> Cf. Umberto Eco, *Semiótica e filosofia da linguagem*, op. cit., pp. 76-77.

<sup>12</sup> Sobre o conceito de enciclopédia ver *Lector in fabula*, op. cit., p.1 e passim. Ver também Umberto Eco, *Tratado geral de semiótica*, São Paulo, Perspectiva, 1997, p. 101.

<sup>13</sup> No entendimento do semiólogo italiano, ao demarcarmos as fronteiras entre o uso e a interpretação, podemos verificar que certas leituras de um texto conduzem a interpretações ilegítimas. Com efeito, podemos seguir a sugestão de Borges no sentido de ler *A Imitação de Cristo* como se fosse escrito por Céline. No caso, o jogo consistiria em trocar no texto a palavra "Graça" por "Desgraça". No caso, então, estaríamos fazendo um uso do texto e não uma interpretação. Por mais que a sugestão de Borges seja maravilhosa como experiência estética, conclui Eco, ela não caracterizaria uma cooperação com o autor de *A Imitação de*

autor. Se um texto, conforme já foi assinalado, é um artefato concebido com o propósito de produzir um leitor modelo, a interpretação move-se, portanto, em um círculo: o leitor interpreta o texto, mas o próprio texto, através de sua cartografia, procura levar ao seu intérprete o sentido que preconiza<sup>14</sup>. Dessa forma, interpretar é emitir uma conjectura sobre a *intentio operis*, tomando o texto como um todo orgânico. Tais conjecturas são a princípio infinitas, mas a partir de um teste de coerência textual, algumas delas serão descartadas.

O limite da interpretação é dado, em primeiro lugar, pela idéia segundo a qual um texto é um todo coerente. Com efeito, ao interpretar um texto o leitor extrai certa porção do mesmo, porção que será confirmada ou rejeitada pelas demais porções do texto. Em outras palavras, a interpretação de uma parte do texto é validada se ela funciona para todo o texto. Neste sentido, conforme assinala Eco, reconhecer a *intentio operis* é perceber uma espécie de estratégia semiótica:

*“Como provar uma conjectura acerca da intentio operis? A única maneira é verificá-la a partir do texto enquanto conjunto coerente. Também esta idéia é uma idéia antiga e vem-nos de Agostinho (De doctrina christiana): qualquer interpretação dada de certa parte de um texto poderá ser admitida se confirmada por — e deverá ser rejeitada se for contrariada por — uma outra parte do mesmo texto. Neste sentido a coerência textual interna controla as derivas de outro modo incontroláveis do leitor”*.<sup>15</sup>

Mas o ato interpretativo, além de considerar o texto como um todo orgânico, leva em conta também as condições de produção desse texto. Afinal, quando um amigo nos escreve uma carta, por exemplo, não podemos deixar de nos interessar por suas intenções, portanto, por aquilo que o autor empírico quis dizer. O mesmo não ocorre quando o texto é endereçado não a alguém em particular,

---

*Cristo*, mas, ao contrário, seria uma espécie de “violência” com relação ao contexto de criação dessa obra.

<sup>14</sup> Cf. Umberto Eco, *Les limites de l’interprétation*, Paris, Bernard Grasset, 1992, p. 41.

mas para uma comunidade de leitores. Neste caso, a intenção do autor empírico torna-se inútil. Um texto deste tipo será interpretado segundo uma estratégia complexa que envolve os leitores e a língua entendida como enciclopédia. Se o intérprete ignorar tais exigências, acredita Eco, ele não produzirá uma interpretação correta do texto, mas apenas uma *sobreinterpretação* (**overinterpretation**) ou interpretação paranóica.

Uma sobreinterpretação é aquela que não respeita os princípios de economia textual. Um exemplo, fornecido por Eco, seria a tentativa de se atribuir ao termo “gay” na frase de Wordsworth, “*A poet could not but be gay*”, uma conotação sexual. Agir assim seria desrespeitar o mundo possível da obra e o sistema lexical de seu tempo. No entendimento do semiólogo italiano o conceito de *sobreinterpretação* funciona como uma espécie de falibilismo hermenêutico inspirado no falibilismo epistemológico de Karl Popper: não se trata de dizer que uma interpretação é “verdadeira”, mas simplesmente de refutar uma determinada interpretação considerada “sem êxito”. Isto acontece quando uma leitura desrespeita a coerência do texto, os critérios públicos do mundo da obra e de seu sistema lexical, e torna-se incapaz de ser confrontada com as interpretações anteriores.

#### **4 – O grau zero da linguagem**

A defesa do caráter limitado do processo interpretativo conduz o semiólogo italiano a sustentar uma idéia aparentemente pouco compatível com os seus trabalhos de juventude: a existência de um sentido literal que funcionaria como uma espécie de “grau zero da linguagem”.

Contudo, é necessário entender que Eco não concebe o sentido literal nos moldes tradicionais. Em geral, a literalidade é associada a uma estabilidade de significado que preservaria uma palavra ou signo de qualquer interferência contextual ou interpretativa. Mas esse não é o ponto de vista de Eco. Não se trata

---

<sup>15</sup> Cf. Umberto Eco, “Sobreinterpretação dos textos”, in Stefan Collini (Dir.),

de sustentar a existência de um sentido neutro e independente dos sujeitos e, menos ainda, de defender a pressuposição do “significado transcendental” tão combatido por Derrida.

Na verdade, a concepção de Eco acerca da literalidade se esclarece na própria reavaliação que o mesmo faz do sentido figurado da linguagem, principalmente, o sentido metafórico. Uma metáfora, sublinha Eco, surge “*quando, com base numa identidade de metonímias (duas propriedades iguais em dois sememas diferentes), se substitui um semema pelo outro*”.<sup>16</sup> Assim, por exemplo, na metáfora “O homem é uma fera” há uma substituição do semema “homem” por “fera”, tomando como ponto de partida o fato de que os dois sememas contêm a “crueldade” como sema.

Todavia, sustenta Eco, a compreensão de uma metáfora não é universal, mas depende do contexto e das circunstâncias nas quais ela aparece. Com essa afirmação, Eco toma suas distâncias com relação à idéia de John Searle e Donald Davidson (combatidas com veemência por Derrida) de que as metáforas estariam relacionadas com as intenções do locutor. Nesse sentido, sublinha Eco, “*A interpretação metafórica nasce da interação entre um intérprete e um texto metafórico, mas o resultado dessa interpretação é autorizado tanto pela natureza do texto quanto pelo quadro geral dos conhecimentos enciclopédicos de uma certa cultura, e em regra geral, ela não tem nada a ver com as intenções do locutor*”.<sup>17</sup>

## 5 – Eco versus Derrida?

---

*Interpretação e sobreinterpretação*, Lisboa, Presença, 1993, p. 60.

<sup>16</sup> Cf. Umberto Eco, *Semiótica e filosofia da linguagem*, op. cit., p. 181.

<sup>17</sup> Cf. Umberto Eco, *Les limites de l'interprétation*, op. cit., p. 163. Para Searle e Davidson a significação metafórica de um termo é de ordem pragmática e não semântica. Em outras palavras, não existe um significado metafórico distinto do significado literal, mas apenas utilização diferente (imaginativa ou estética) dos termos em função das intenções do locutor. A construção da metáfora, acredita Davidson, pode ser comparada a construção da mentira, pois mentir não concerne ao significado de um enunciado (semântica), mas a sua enunciação (pragmática). Em geral, observa o filósofo americano, pensamos que mentir é enunciar uma falsidade. Contudo, mentir não é afirmar uma falsidade; é afirmar a verdade de algo que o locutor sabe ser falso. Da mesma forma, o locutor produz uma metáfora quando, conhecendo o sentido literal do termo, decide utilizá-lo em um outro sentido. Ver a propósito Donald Davidson. *Enquetes sur la vérité et l'interprétation*, Nîmes, Éditions Jacqueline Chambon, 1993.

Ao introduzir o conceito de sobreinterpretação Eco procurou combater os desvios de uma “semiose ilimitada” segundo a qual um texto seria indefinidamente aberto e suas interpretações infinitas. Para Eco, um texto pode ter múltiplos sentidos, mas disso não se infere que ele possa ter *qualquer* sentido.

O alvo visado é, quase sempre, Derrida (ou os derridarianos). Em *Semiótica e filosofia da linguagem*, ao examinar o debate travado entre Derrida e John Searle, Eco já havia observado que a postura teórica do primeiro conduz a uma espécie de paradoxo. Naquela ocasião, Derrida acusou Searle de não ter interpretado corretamente sua *Gramatologia*, quando, na verdade, o que a teoria expressa nesse livro postula é exatamente a inexistência de uma forma “correta” de se ler os textos<sup>18</sup>.

Em *Os limites da interpretação*, Eco retoma esta mesma crítica em termos diferentes. Para Eco, Derrida alude às idéias de Peirce na fundamentação de sua tese de que os textos podem ser infinitamente interpretados. O próprio semiólogo italiano reconhece que algumas afirmações de Peirce parecem autorizar tal leitura, ainda que esse último tenha enfatizado o caráter *intersubjetivo* de toda interpretação. O problema, porém, é que, paradoxalmente, Derrida assume a sua interpretação de Peirce como filosoficamente correta, descartando outras possíveis leituras<sup>19</sup>.

Obviamente, ao contrário de outros filósofos que também foram acusados de cometer este tipo de contradição formal (Popper, por exemplo, com seu critério de falseabilidade que não não é falsificável), Derrida não pode fazer uso da distinção entre linguagem e metalinguagem, pois a própria noção de metalinguagem é considerada pela desconstrução como um resquício do logocentrismo. O que se pode alegar a favor de Derrida, no entanto, é o fato do filósofo francês ser o primeiro a reconhecer em suas obras que não existe uma linguagem estranha à história da metafísica e que não é possível formular um enunciado “destruidor”

---

<sup>18</sup> Cf. Umberto Eco, *Semiótica e filosofia da linguagem*, op. cit., p. 226.

<sup>19</sup> Cf. Umberto Eco, *Les limites de l'interprétation*, op. Cit., p. 376.

que não deslize, ele próprio, para a forma daquilo mesmo que ele busca destruir.

Em todo caso, as críticas formuladas por Eco, como ele mesmo reconhece, não visam invalidar o projeto filosófico proposto por Derrida. Esse último, reconhece o primeiro, “*diz coisas que nenhum semiólogo pode negligenciar*”. Na verdade, o que Derrida objetiva é instaurar uma prática desafiadora da idéia de um significado transcendental. Seu confronto, sublinha Eco, é menos com o sentido de um texto qualquer, e mais com aquilo que ele denomina de metafísica da presença. O que a desconstrução pretende mostrar “*é o poder da linguagem e sua capacidade de dizer mais do que pretende dizer denotativamente*”.<sup>20</sup>

Por ocasião das conferências proferidas nas **Tanner Lectures** em 1990, reunidas por Stefan Collini sob o título *Interpretação e sobreinterpretação*, Eco retoma seu confronto com o modelo da desconstrução. Nesse embate, o semiólogo italiano não apresenta novas idéias, mas resume, de forma magistral, as teses defendidas no conjunto de sua obra. *Interpretação e sobreinterpretação* é um livro interessante não apenas porque condensa as principais idéias de Eco acerca da interpretação, mas também porque contém uma réplica aos seus críticos. Interessante notar que, nestas conferências, Eco teve como principal opositor não os desconstrucionistas, ali representados pelo professor Jonathan Culler, mas os pragmatistas liderados por Richard Rorty.

Retomando sua distinção entre uso e interpretação, Eco volta a insistir na tese de que não se deve inferir da premissa de que um texto seja potencialmente sem fim, a conclusão de que todo ato de interpretação possa ter um final feliz. Nesse aspecto, Jonathan Culler, retomando as idéias de Derrida, reconhece que a interpretação ocorre em um contexto social e histórico que

---

<sup>20</sup> Idem ibidem, p. 373.

circunscreve a polissemia. Se o sentido é limitado pelo contexto, o contexto, por sua vez, é que é ilimitado<sup>21</sup>.

Dessa forma, como mostra Peter Hadreas, Derrida — ao contrário do que supõem muitos desconstrucionistas — não é apenas aquele que diz que “*il n’y a pas de hors-texte*” (não há nada fora do texto) mas é também aquele que afirma que “*il n’existe rien hors contexte*” (não há nada fora do contexto)<sup>22</sup>.

*“Todo signo, escreve Derrida, lingüístico ou não lingüístico, falado ou escrito (no sentido corrente dessa oposição), em pequena ou em grande unidade, pode ser citado, colocado entre aspas; daí ele pode romper com todo contexto dado, engendrar ao infinito novos contextos, de forma absolutamente não saturável. Isso não supõe que a marca vale fora do contexto, mas ao contrário que só há contextos sem qualquer centro de ancoragem absoluto”.*<sup>23</sup>

Minimizando as diferenças que existiriam entre a semiótica e a desconstrução, Culler afirma que a interpretação não precisa de defesa. A interpretação só se torna realmente interessante quando é extrema. Uma interpretação que articula o consenso, ainda que importante em certas situações, é de interesse reduzido. No mais, insiste Culler, “*aquilo que Eco chama de sobreinterpretação pode de fato ser a prática de levantar precisamente as questões que não são necessárias à comunicação normal mas que nos tornam capazes de refletir sobre o seu funcionamento*”. Dessa forma, para o filósofo americano, em vez de falarmos de *interpretação* e *sobreinterpretação*, deveríamos falar de *compreensão* e *aprofundamento* dos textos. A compreensão seria semelhante ao que Eco imaginou ao conceber a idéia de um leitor-modelo.

*“Compreender, diz Culler, é pôr as perguntas e descobrir as respostas em que o texto insiste. ‘Era uma vez três porquinhos’*

---

<sup>21</sup> Em verdade, para Derrida todo texto se dá em uma cena que também contém um fundo latente, ou seja, um *Arrière-plan*. Por conseguinte, o contexto também é uma espécie de texto.

<sup>22</sup> Cf. Peter Hadreas, “Searle versus Derrida?”, *Philosophiques*, vol. XXIII, n.2 (texto citado a partir da versão eletrônica publicada em <http://www.cam.org/~gagnonc/ph.html>).

<sup>23</sup> Cf. Jacques Derrida, “Signature Événement et Contexte”, in *Limited Inc.* P36.

*pede que perguntemos: ‘E depois o que aconteceu?’ e não ‘Por que três?’ (...) O aprofundamento, por contraste, consiste em procurar questões que o texto não coloca ao seu leitor modelo”.*<sup>24</sup>

Eco, em sua réplica, concorda com Culler, e reconhece que mesmo as sobreinterpretações podem ser proveitosas. Contudo, o semiólogo italiano volta a insistir na idéia de um mínimo de aceitabilidade de uma interpretação na base de um consenso da comunidade. Nesse ponto, porém, não há grandes discordâncias entre as idéias de Eco e as do modelo proposto pela desconstrução. Afinal, nem mesmo o desconstrucionista mais radical negaria o fato de que a despeito de toda a polissemia, existe uma possibilidade de compreensão intersubjetiva. Como diria Stanley Fish — que mesmo não sendo um desconstrutivista compartilha de algumas das idéias de Derrida — não podemos atribuir às palavras e aos textos qualquer sentido em função dos nossos desejos, pois estamos situados em uma comunidade interpretativa que produz significados de forma pública e convencional<sup>25</sup>.

## 6 – Referências bibliográficas

COLLINI, Stefan (Dir.). *Interpretação e sobreinterpretação*, Lisboa: Presença, 1993.

DAVIDSON, Donald. *Enquetes sur la vérité et l'interprétation*, Nimes: Éditions Jacqueline Chambon, 1993.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

\_\_\_\_\_. *De la grammatologie*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1967.

ARROYO, Rosemary (Org.). *O signo desconstruído*, Campinas: Pontes, 1992.

DOSSE, François. *Histoire du structuralisme*, 2 vols, Paris: Éditions de la découverte, 1991-1992.

---

<sup>24</sup> Cf. Jonathan Culler, “Em defesa da sobreinterpretação”, in Stefan Collini (Dir.) *Interpretação e sobreinterpretação*, Lisboa, Presença, 1993, p. 101.

<sup>25</sup> Cf. Stanley Fish, *Is there a text in this class? The authority interpretive communities*, Cambridge: Harvard University Press, 1980.



ECO, Umberto. *Obra aberta. Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*, trad. de Giovanni Cutolo, São Paulo: Perspectiva, 1988.

\_\_\_\_\_. *Les limites de l'interprétation*. Paris: Bernard Grasset, 1992.

\_\_\_\_\_. *Semiótica e filosofia da linguagem*. Trad. de Maria Rosaria Fabris e José Luiz Fiorin. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *Lector in fabula. A cooperação interpretativa nos textos narrativos*, trad. de Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986.

\_\_\_\_\_. *Sobre os espelhos e outros ensaios*, trad. de Beatriz Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FISH, Stanley. *Is there a text in this class? The authority interpretive communities*, Cambridge: Harvard University Press, 1980.

FREADMAN, Richard e MILLER, Seumas. *Re-pensando a teoria*. São Paulo: UNESP, 1994.

GLOSSÁRIO DE DERRIDA. trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ, supervisão geral de Silvano Santiago, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

HADREAS, Peter. "Searle versus Derrida?". *Philosophiques*. vol. XXIII, N. 2 (versão eletrônica publicada em <http://www.cam.org/~gagnonc/ph.html>).

PEÑALVER, Patrício. *Desconstrucción. Escritura y filosofía*, Barcelona: Montesinos, 1990.

RODRIGUES, Cristina Carneiro. *Tradução e diferença*, São Paulo: UNESP, 2000.

SALOMÃO, Sonia. *Tradição e invenção. A semiótica literária italiana*, São Paulo: Ática, 1993.

SCHIFFER, Daniel Salvatore. *Umberto Eco. O labirinto do mundo*. Rio de Janeiro: Globo, 2000.

ZIMA, Pierre V., *La déconstruction. Une critique*, Paris: PUF, 1994.